

* 2 ABR 1995

EVANDRO CARLOS DE ANDRADE

Brasília é aquela velha cadeia do amor: o guarda da Câmara ama o pai ascensorista do Ministério da Justiça, que ama a esposa assistente social da LBA, que ama a sobrinha secretária de um gabinete no Senado, que ama um capitão do Forte Apache, que ama a Pátria, que ama o ministro do Supremo Tribunal Federal, que ama a Justiça, que ama o delegado federal, que ama a repórter setorista do Ministério do Trabalho, que ama o terceiro-secretário do Cerimonial do Planalto, que ama a filha do vendedor de pneus velhos importados, que ama a recepcionista do hotel, que ama o secretário do governo petista, que ama o deputado, que ama o senador, que ama o deputado, que ama o senador... e por aí vai aquele amor-zão todo que faz de Brasília o paraíso do compadrio.

Estamos no carro, trafegando pela Península Sul. Que país rico! Mansões, uma atrás da outra. Difícilmente qualquer delas terá menos de mil metros quadrados de área construída. Piscinas imensas, e churrasqueiras para boi inteiro, de dar inveja ao Porcão.

Acaso seus proprietários são grandes empresários ou ganhadores da Sena? Negativo. Burocratas.

Tanto conforto custa uma fábula, é claro. Tenho dúvidas sobre se o caríssimo leitor sabe que é do bolso dele que sai a grana. Ouvi outro dia o caso de um deputado que alertou a funcionária do seu gabinete, solicita a encher de água mineral o copo de cada visitante, e a derramar em seguida na pia a água quase sempre intocada: "Minha filha, água mineral é cara, pergunte antes se o visitante quer. Afinal, é você que está pagando essa água." A funcionária confidenciou mais tarde à colega: "O deputado está maluco. Ele disse que sou eu que pago a água dele."

Já se o leitor quiser saber como é que burocrata que ganha tão pouco pode morar tão bem, é melhor não perguntar a ele, porque perguntar às vezes ofende.

Mas voltando à grande família brasileira: a sagrada Constituição diz no seu art. 37, XII, que "os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo". Luminosamente claro, não? Sim, mas antes de ser interpretado. Uma vez interpretado, entende-se que o espírito do constituinte foi dizer o contrário do que disse, e portanto elimina-se aquele "não" incômodo e permite-se que as vantagens pessoais sejam acrescidas aos vencimentos. Foi como entendeu o Supremo, em acórdão que engorda o seu próprio contracheque e os de todos os agregados a esse magnífico exemplo, na esfera federal, na estadual e na municipal.

Dáí vem a farra. Exemplos: os procuradores da República se aposentam com 120% do seu último salário; somos o único país do mundo que considera que funcionário, ao partir para o justo repouso, filhos criados, idade provecta (nem tanto, é verdade; muitos chispam com pouco mais de 40 anos), deve ganhar mais do que quando trabalhava; funcionário é promovido em concurso interno, se aposenta, faz novo concurso e é nomeado; o mesmo fazem professores universitários, como o inclito professor Pinguelli Rosa; os coronéis da ativa na Brigada gaúcha são 22, na reserva são mais de 300; funcionários há na Assembléia do Estado do Rio e em outras assembleias que recebem mais de R\$ 30 mil mensais. Etc. etc. etc.

Se os brasileiros pudessem ver o conjunto dos contracheques das casas legislativas, dos tribunais, e ainda os das empresas estatais, com seus salários e suas aposentadorias de potentados — ficaríamos a um passo da revolução.

Só que ninguém é bobo de mostrar.

Então, o povo vai e, satisfeito com a inflação contida, elege espetacularmente um novo presidente que, na

campanha, avisa a todos: esse bem-estar da moeda estável só será duradouro se houver as reformas que reduzam o custo insuportável do Estado, fator determinante da nossa estagnação nas duas últimas décadas.

Ao mesmo tempo, o povo é chamado também para eleger o Congresso, além de governadores e outros mandatários. Como o Congresso não tem patavinas a ver com o Real, é eleito por outros meios, bem conhecidos: currais, dinheiro de campanha, empreguismo, muita demagogia, igualzinho ao que era antes. Não vamos falar de exceções; existem, como sempre existiram, mas raramente excedem dez por cento do conjunto.

São votos diferentes e criam desde o início uma contradição política: o presidente da República tem que pedir aos de sempre que renunciem ao bem-bom em benefício do povo. Fácil de dizer, difícil de alcançar.

Lembre-mos da cilada que os constituintes de 88 armaram para o futuro do país: eles resolveram que essa jóia de castiismo esclerosador por eles impingida a nós só pode ser mexida se cada emenda proposta for aprovada por três quintos do total dos membros de cada uma das casas (favor prestar atenção: é do total; quem faltar está votando contra), e isso duas vezes na Câmara e duas vezes no Senado.

Pergunto se o prezado leitor acredita em alguma mudança não-cosmética em nossa ordem constitucional, alguma abertura que retire a Nação dos braços sufocantes do corporativismo. Pergunto ainda qual a sua disposição de queimar seu dinheiro para ir a Brasília exigir do Congresso que ponha fim ao descalabro. Porque, para isso, não bastou votar no Fernando Henrique: o Congresso não está nem aí para os 35 milhões que o elegeram no primeiro turno. Então, quem estiver insatisfeito tem que sacar do seu. Agora, para berrar no gramado em frente em favor de ficar tudo que aí está, contra qualquer mudança, não há problema: o governador petista do Distrito Federal garante o passadio com o dinheiro do erário, com apoio do Lula, que considera uma hipocrisia reclamar contra esse uso do dinheiro público.

E a estudantada toda a zurrar contra as reformas na Educação em que se empenha o ministro Paulo Renato? Evitemos distrações: é toda filha daquele pessoal ali do primeiro parágrafo, está tudo defendendo o estatuto do clubão, que proponho seja batizado de Cremelin (se é que dá para perceber o sentido).

Outro dia, o senador Amin prometeu que a cada juiz corrupto apontado pelo seu colega Antônio Carlos Magalhães ele indicará dois absolutamente ímpecáveis. Devemos deduzir daí que ele considera satisfatório o índice de 33,33% de juizes corruptos? Espero que não, mas quem negará que ACM pôs o dedo na ferida?

Divago, mas o sentido geral é este mesmo: é muito difícil que o presidente consiga fazer aprovar emendas constitucionais que modernizem o país e criem condições para um surto sustentado de desenvolvimento.

Porque ele tem pela frente terrível contradição, que se mostrará um muro de muito difícil transposição: uma esquerda reacionária, disposta a tudo para defender todos os vícios que garantem às corporações esse saque permanente no pobre bolso do ingênuo trabalhador brasileiro.

Assim, para que seu mandato não se frustre, Fernando Henrique terá que redobrar as energias nessa tarefa gigantesca. Ele tem em seu apoio o desejo do povo de preservar o Real, desejo esse que o guindou à Presidência da República. Conta com a solidariedade dos presidentes da Câmara e do Senado. E demonstrou grande capacidade de convencimento quando se dispôs ao corpo-a-corpo no Congresso que viria a viabilizar o Plano Real.

É nessa sua capacidade de enfrentar e vencer o desafio que repousa toda a esperança.